

Trajетórias femininas sob a ótica decolonial

Feminine trajectories from a decolonial perspective

*Susane Petinelli-Souza*¹

*Gabrielly Concecio*²

Resumo: As mulheres ainda recebem menores salários, tem menos oportunidades de trabalho e acessam a cargos menos valorizados, convivendo com práticas discriminatórias, sexistas, classistas e racistas. Partindo-se do pressuposto de que o fim da colonização não terminou com a colonialidade, o objetivo do estudo é investigar como são algumas trajetórias femininas sob a ótica decolonial. Para isso, são considerados aspectos como gênero, raça, classe, localização no sul global colonizado. Foram realizadas entrevistas no período da pandemia de COVID-19 e, em seguida, o material coletado foi analisado a partir do pensamento decolonial. Como resultados foi identificada a sobrecarga de trabalho durante a pandemia, a maternidade como barreira para a vida profissional, as mulheres negras sempre precisaram conciliar os estudos com o trabalho, a preferência pela promoção e contratação de homens para determinados cargos, o que demonstra que preconceito de gênero e segregação ocupacional vertical são fenômenos persistentes.

Palavras-chave: Trajetórias. Mulheres. Pensamento decolonial.

Abstract: Women still receive lower payments, have fewer job opportunities and access less valued positions, living with discriminatory, sexist, classist and racist practices. Starting from the assumption that the end of colonization did not end with coloniality, the objective of the study is to investigate how some female trajectories are under the decolonial perspective. For this, aspects such as gender, race, class, location in the colonized global south are considered. Interviews were carried out during the period of the COVID-19 pandemic, and then the collected material was analyzed from the decolonial thinking. As a result, work overload during the pandemic was identified, motherhood as a barrier to professional life, black women always needed to reconcile studies with work, the preference for promoting and hiring men for certain positions, which demonstrates that prejudice gender and vertical occupational segregation are persistent phenomena.

Keywords: Trajectories. Women. Decolonial thinking.

¹ Professora da Universidade Federal do Espírito Santo desde 2009. Leciona no ensino superior desde 2003. Possui graduação em Administração de Empresas pela UFRGS (2002), mestrado em Administração pela UFES (2006), Doutorado em Educação pela UFES (2011) e Pós-Doutorado em Perspectiva de Gênero pela Universidade do Chile (2023). Sócia fundadora da SBEO - Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais e associada das Pensadoras (Escola, Comunidade e Editora voltadas para a formação feminista e o estudo do pensamento de mulheres ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-8323>.

² Bacharel em Administração - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6240-5888>.

1. Introdução

Considerando-se que as mulheres sempre trabalharam, mesmo que em atividades consideradas como não trabalho, com o passar do tempo, elas passaram a ter cada vez mais acesso à formação escolar, ampliando sua participação no campo do trabalho formal. No entanto, elas ainda se deparam com práticas discriminatórias e sexistas, muitas vezes classistas e racistas, envolvidas em preconceitos que resultam em menos oportunidades laborais, salários reduzidos e maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Uma maior escolarização também não é suficiente para conduzir as mulheres a ocupações em proporção similar às dos homens, tampouco a uma renda similar e a melhores oportunidades de trabalho. Os dados demonstram que as mulheres que se movimentaram para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto as mulheres oriundas de classes mais pobres, em sua maioria negras, se dirigem para a produção na indústria e para o setor de prestação de serviços, com destaque para o serviço doméstico (IBGE, 2019). Ainda assim, para Paula e Heringer (2009), a educação para as mulheres negras tem sido um caminho para a alteração de suas condições de vida.

Partindo-se do pressuposto de que o fim da colonização ou do período colonial (colonialismo) não terminou com a colonialidade (Quijano, 2000), o objetivo desse estudo é investigar como são algumas trajetórias femininas sob a ótica decolonial.

Para isso é necessário caracterizar as condições de educação e de trabalho vivenciadas pelas mulheres, assim como analisar suas trajetórias profissionais considerando as complexas relações entre gênero, raça, localização geográfica, classe, processos históricos, dentre outras.

Investigar trajetórias femininas sob a ótica decolonial leva à necessidade de considerar aspectos que talvez fossem considerados

irrelevantes em outros estudos. Contudo, aqui são considerados essenciais para o desenvolvimento das análises, como a localização dessas mulheres no sul global. Neste estudo também são considerados a trajetória profissional, a trajetória educacional, o perfil das participantes do estudo (gênero, raça e classe social) e as condições de trabalho.

Também são consideradas as especificidades latino-americanas, incluindo-se as especificidades brasileiras, assim como, autores e autoras que estão para além de um ocidente geopolítico. Desse modo, procura-se escapar ou resistir às relações típicas eurocêntricas nas quais apenas há uma reprodução de conhecimentos originados no norte global – conhecimentos produzidos, em sua maioria, por homens brancos. Considerar as especificidades locais, assim como os autores e as autoras locais é de vital importância na construção de um olhar decolonial, e, logo, de uma análise nessa perspectiva.

Para a realização do estudo foram realizadas entrevistas com cinco mulheres no período da pandemia de COVID-19 e, em seguida, o material coletado foi analisado a partir da perspectiva teórica decolonial, com ênfase na produção científica feminista decolonial.

Investigar trajetórias femininas pode contribuir para que a produção de conhecimentos que atuem no processo de transformação nas relações que insistem em perpetuar o sexismo, o racismo e o classismo em funcionamento na América Latina e no Brasil.

Importante lembrar que mesmo sabendo-se que a utilização da expressão América Latina é problemática do ponto de vista dos estudos decoloniais e que Abya Yala seria o termo mais adequado, concorda-se com Castro (2021) que essa não é a nomenclatura oficial, nem América Ladina utilizada por Gonzalez (1988). Portanto, nesse artigo será utilizada a expressão América Latina.

O artigo trata, num primeiro momento, sobre aspectos decoloniais e o feminismo decolonial, e em seguida, sobre a educação, que desde o Brasil

Colônia é um aspecto a ser considerado ao se pensar sobre as trajetórias das mulheres. Ao tratar sobre a educação feminina, também são colocados em evidência aspectos relacionados ao campo do trabalho. Com isso, torna-se possível pensar as trajetórias femininas de algumas mulheres sob a ótica decolonial.

2. Um olhar decolonial

A ótica decolonial ou o olhar decolonial será composto por autores como Aníbal Quijano, mas, principalmente por autoras como Lélia Gonzalez, María Lugones, Rita Segato, Silvia Cusicanqui e Julieta Paredes.

Segundo Oliveira e Candau (2010), a partir dos conceitos centrais de colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2000), surgiu o conceito de colonialidade de gênero, para depois surgir a categoria gênero e decolonialidade, e mais recentemente feminismo e decolonialidade.

Quijano (2000) observa que no âmbito da colonialidade a separação entre razão/sujeito e corpo e as relações entre ambos passam a ser vistas como relações entre a razão/sujeito e o corpo/natureza humana. Esse dualismo, além de afetar as relações raciais de dominação afetou as relações mais antigas de dominação, que são as relações sexuais. O lugar das mulheres, segundo o autor, foi estereotipado e quanto mais inferiores fossem consideradas suas raças, mais próximas da natureza elas eram percebidas.

Talvez, a própria ideia de gênero tenha sido elaborada após esse dualismo a partir de uma perspectiva cognitiva eurocêntrica. Lugones, então, amplia a teoria da colonialidade do poder de Quijano e desenvolve a noção de sistema moderno-colonial de gênero (CASTRO, 2021).

Tal noção diz que a primeira classificação que o processo de colonização produziu foi uma divisão entre humano e não humano; e em seguida, a invenção do gênero, com a supremacia do homem branco europeu, o qual possuía direitos sobre as mulheres de seu próprio grupo. As mulheres brancas

européias eram reprodutoras da raça e do capital e uma supremacia branca foi imposta às pessoas não originárias do mundo europeu. Além disso, não seria possível afirmar que o sistema de gênero funcionaria do mesmo modo para os povos colonizados. Assim, raça, gênero e sexualidade são categorias constitutivas da episteme moderno colonial, o que faz que não consigamos pensar fora dessa matriz (LUGONES, 2012; MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014).

Entretanto, para Segato (2012), já existiam os patriarcados de baixa intensidade que se tornaram ainda mais hierarquizados quando expostos à lógica de gênero no processo de colonização. O que traria consequências desastrosas num primeiro momento para as mulheres indígenas, e depois, para as mulheres negras (MENDOZA, 2019; SEGATO, 2001; SEGATO, 2012).

Segato (2012) identifica a existência de certa organização patriarcal nas sociedades tribais, algo que poderia ser descrito como um patriarcado de baixa intensidade, pois que estava distante da organização do gênero ocidental, bem mais demarcada. Para Paredes (2010) trata-se mais de um entroncamento entre um patriarcado pré-colonial e outro colonial, algo que acabou levando as mulheres do terceiro mundo a serem subordinadas a trabalhos domésticos não remunerados.

Outro aspecto que a partir de um olhar decolonial é possível de ser colocado em evidência, é que o colonialismo e a produção de uma ideia de superioridade de um povo sobre os demais, de uma raça sobre as demais acabaram incorporados na própria racionalidade administrativa das colônias. Com isso, as sociedades que constituíram as terras que passaram a serem denominadas de América Latina herdaram classificações sociais, como a racial e a sexual, assim como as técnicas jurídico-administrativas oriundas da península Ibérica (GONZALEZ, 1988; 2019).

E por que não pensar que tais classificações ainda estariam enraizadas nos atuais modos de gestão organizacionais, no mercado de trabalho e nas relações de trabalho, tanto públicos quanto privados?

O conceito de colonialidade de gênero, a compreensão de que os patriarcados pré-coloniais de baixa intensidade foram exacerbados pelo processo de colonização, e a imposição do sistema de gênero europeu com a produção de efeitos nas relações entre homens e mulheres nas colônias, são desenvolvimentos dos estudos feministas decoloniais que permitem a compreensão da atualidade das mulheres, inclusive das mulheres indígenas, das mulheres negras e das mulheres mestiças e pobres (LUGONES, 2012; MENDOZA, 2019; SEGATO, 2012).

No Brasil, segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), o número de mulheres é superior ao de homens, ou seja, mais da metade da população brasileira é composta por mulheres. Ao mesmo tempo, mais da metade da população é composta por pessoas negras, considerando o somatório de pessoas pretas e pardas (IBGE, 2020).

Daí ser importante, segundo Lugones (2010; 2012), considerar-se diversos aspectos, de modo a tentar compreender as violências que sofrem as mulheres, oprimidas a partir de uma imposição colonial sobre o gênero, produzindo uma ruptura com a noção hegemônica e universal de mulher.

A partir dessas considerações do pensamento decolonial, pode-se afirmar que os estudos feministas decoloniais contribuem sobremaneira com outro olhar sobre relações de poder, de saber e de ser, pois, segundo Espinosa-Miñoso (2014), isso ocorre considerando o ponto de vista das mulheres subalternizadas, produzindo outras epistemologias e aportes teóricos.

3. Educação e trabalho

Mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, assim como mulheres negras escravizadas e mulheres indígenas não tinham acesso ao ler e escrever no período colonial brasileiro (RIBEIRO, 2000). Isso se deve, dentre outros aspectos, ao sexismo, mas também à tradição ibérica, culturalmente influenciada cerca de 800 anos pelos árabes, que consideravam que a maioria das mulheres não necessitava de educação.

Contudo, com a chegada da família real em terras brasileiras foi sendo ampliada a percepção de que era descabido que praticamente metade da população não tivesse acesso à educação (VASCONCELOS, 2008).

Outra característica marcante da sociedade na época era a delimitação das esferas pública e privada como campos de atuação de homens e mulheres, respectivamente. A circulação das mulheres pelos espaços públicos ocorria principalmente quando participavam de atividades religiosas, como missas, novenas e procissões. Até o século XIX, no Brasil, parte das mulheres vivia praticamente enclausurada, sem acesso à educação (LOURO, 2018; DUARTE, 2019).

Aqui percebe-se uma divisão do trabalho com base no gênero, apontando historicamente para como as mulheres ficavam restritas à esfera privada, enquanto aos homens era permitido e até incentivada a circulação pela cidade. Contudo, as mulheres negras escravizadas podiam circular na esfera pública somente conforme a vontade de seus senhores e as mulheres mais pobres segundo a vontade de seus maridos (SOUZA, 2021).

Portanto, também é possível perceber indícios de uma divisão do trabalho baseada na raça e na classe, tendo em vista que a permissão ou não para a circulação de mulheres negras e pobres influenciava no desenvolvimento de atividades laborais no âmbito público ou privado e doméstico.

Importante recordar que o Brasil foi invadido no início do século XV, em sua maioria por homens, que vieram do continente europeu, que para além das especificidades históricas e culturais de seus países, viviam um processo

de delimitação das esferas de atuação de homens e mulheres. Assim, pode-se dizer que essa delimitação ganhou força no processo de colonização.

A primeira lei educacional que autorizou o funcionamento de escolas públicas femininas foi formulada apenas em 1827. Até então, as poucas mulheres que conseguiam acessar a educação formal o faziam por meio de conventos e raras escolas particulares nas casas de professoras. Essa lei determinava que nas escolas do Império, meninas e meninos estudassem separados e com currículos próprios. Por exemplo, enquanto os meninos aprendiam as quatro operações matemáticas, números decimais, frações, proporções e geometria, as meninas aprendiam apenas as quatro operações. Para a população de origem africana, ainda escravizada, praticamente não havia acesso à escolarização, existindo registros de alguns casos da aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas, apenas no final do século XIX (LOURO, 2018).

Sobre a educação indígena no século XIX, esta era voltada a um processo civilizatório, o qual tinha por objetivo preparar para o trabalho, enquanto ocorria a tentativa de apagamento de línguas e culturas, e suas terras eram ocupadas. Para aquelas meninas indígenas que tinham acesso à educação, a aprendizagem ia desde ensinamentos religiosos cristãos até atividades domésticas. Com isso, para a maioria das pessoas negras e para os indígenas considerados “bravos” a falta de acesso à educação era o único destino, enquanto os indígenas considerados “mansos” eram destinados à educação para o trabalho (ANDRADE, 2011).

Sobre a educação formal no âmbito doméstico, a forma como boa parte da elite brasileira educava seus filhos ocorria por meio de preceptoras. Essas trabalhadoras residiam nas casas dos alunos, acompanhando-os nas lições diárias e missas, dentre outros compromissos. Quando se tratava de professores particulares, iam às casas dos alunos com dia e horário marcados. Ressalta-se que a preceptoria era uma atividade majoritariamente exercida

por mulheres, sendo uma das poucas ocupações permitidas para mulheres na época, e desenvolvida, em sua maioria, por estrangeiras (Vasconcelos, 2008).

Na educação formal, o direito à educação era limitado às rotinas domésticas, bordado, corte e costura (DUARTE, 2019). Para aquelas que conseguiam algum acesso ao ensino do letramento, as leituras eram limitadas a romances, livros de moral, etiqueta e catecismo (TELLES, 2018).

Desse modo, diversos aspectos históricos permitem conhecer um pouco sobre como a divisão baseada em gênero e a divisão racial se manifestavam naquele tempo. Mesmo que a dificuldade de acesso à educação tenha sido uma realidade para a maioria das mulheres brasileiras, paulatinamente, ela foi sendo reduzida. No entanto, para certos grupos o acesso à educação foi mais difícil, algo que produz consequências até hoje. Pode-se mencionar grupos étnico-raciais alvos de preconceitos e racismo, assim como grupos economicamente localizados nas classes mais baixas.

De acordo com o IBGE (2016), sobre a desigualdade racial presente na trajetória escolar brasileira, aqueles que são autodeclarados brancos ainda predominam nos níveis mais altos de escolaridade. Por exemplo, mesmo que a formação no âmbito do ensino superior entre as pessoas negras tenha aumentado nos últimos anos, a média dos anos de estudos de pessoas negras é de 8 anos, enquanto a média de pessoas brancas é de 10 anos.

Em estudo sobre mulheres na área de ciências, tecnologia e engenharias, por exemplo, Petinelli-Souza, Corcetti e Sartori (2021) identificam a escassa presença feminina na universidade, tanto estudantes como professoras, sendo mais escassa ainda a presença de mulheres negras.

Quijano (2000) explica que desde o início, os conquistadores associaram o trabalho não pago às raças dominadas e que as identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram relacionadas a determinados lugares e papéis na nova estrutura global de controle do trabalho. Com isso, a divisão do trabalho e a raça foram estruturalmente associados, reforçando-se mutuamente.

Gonzalez (1988a; 2019, 2020) também chamava a atenção para a reprodução da divisão racial e sexual do trabalho, de modo que ambas as divisões precisam ser articuladas, de modo a não ser reproduzida uma razão universal abstrata, típica de um discurso branco e masculinizado, visto que a maioria das mulheres indígenas e negras são aquelas que compõem o proletariado afro-latino-americano.

Segundo Ziliotto e Santos (2015), a crescente presença das mulheres no mercado do trabalho brasileiro pode sugerir que esteja minimizada a discriminação relacionada ao gênero.

Entretanto, sabe-se que as condições salariais entre homens e mulheres ainda são desiguais e que as profissionais negras enfrentam mais dificuldades no mercado de trabalho mesmo com a empregabilidade ampliada para as mulheres, incluindo-se aí aquelas que possuem ensino superior. Mesmo com mais mulheres no mercado de trabalho, estas ainda sofrem discriminações pautadas no gênero e na raça, o que influencia no acesso a vagas e na promoção na carreira. A maioria daqueles que ocupam os cargos mais altos ainda são homens e brancos. Portanto, sexismo, racismo e classismo aqui operam em conjunto, dificultando a mobilidade social de todas as mulheres, mas principalmente, de mulheres negras. Ou, como argumentam Souza e Covre (2021), há um branqueamento conforme ocorre uma ascensão na hierarquia das organizações, e as mulheres ainda tem muito mais dificuldades de ascensão a cargos de prestígio do que os homens.

Para Bairros (1995), a experiência de ser uma mulher ocorre de modo historicamente e socialmente determinada. Logo, as experiências das mulheres negras ganham expressão de diferentes formas por meio do gênero e da raça.

As mulheres negras que conseguem conquistar melhores cargos no mercado de trabalho provavelmente pagam um preço alto por essa conquista. Pois, além da necessidade de comprovar sua competência profissional, elas têm de lidar com preconceitos e a discriminação racial que exigem delas

maiores investimentos para a conquista de uma posição e de respeito profissional (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010).

O lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero amenizou as tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduziu a taxa de fecundidade e elevou a frequência escolar entre pessoas de 15 a 17 anos, independentemente do nível de ensino, ou seja, a frequência escolar bruta, apresenta valores muito próximos para mulheres e homens, de 87,1% e 87,4%, respectivamente. Enquanto para a faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual de mulheres na escola chega a ser superior ao dos homens em 2,5 pontos percentuais (IBGE, 2016).

No entanto, de acordo com Cardoso e Rameiro (2016), os lugares que as mulheres ocupam na sociedade também estão determinados por sua função na família, já que para elas a vivência no trabalho, muitas vezes, implica em uma divisão do seu tempo entre o espaço público e o espaço familiar e doméstico.

Outro aspecto relevante é que apesar da inserção crescente de mulheres em postos de trabalho ao longo de décadas, isso não significou um aumento no número de homens em funções domésticas. Portanto, as responsabilidades no âmbito do lar e da família, como cuidados, continuam, em sua maioria, a cargo das mulheres (SOUSA; GUEDES, 2016).

Nesse sentido, é de suma importância dar visibilidade a esse trabalho não remunerado, vinculado ao trabalho de cuidado, realizado principalmente pelas mulheres. Na América Latina as desigualdades estruturais afetam a participação das mulheres no trabalho remunerado, sendo uma delas, a sobrecarga por meio do trabalho de cuidado (CEPAL, 2021). Mais especificamente no Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas) (IBGE, 2016).

Os cuidados e o trabalho doméstico não remunerado permanecem invisíveis, subvalorizados e negligenciados no desenvolvimento de políticas

públicas. Ainda cabe às mulheres a responsabilidade central nos trabalhos de cuidado, remunerados ou não, assim como a responsabilidade de encontrar soluções para os problemas de cuidados domésticos (CASTRO; CARVALHO; MOREIRA, 2012; HIRATA; DEBERT, 2016).

Algo explicitado na fala Cusicanqui (2010, p.5) referente às mulheres na América Latina: “No contexto de um desenvolvimento histórico que as hierarquizou, vemos histórias marcadas pela subordinação e exploração da época colonial”. Em seguida, serão analisadas algumas trajetórias femininas.

4. Trajetórias femininas

Dubar (2006) considera que a concepção de trajetória profissional abrange um conjunto de ações pelas quais a pessoa busca alcançar seus objetivos ou projetos, sem uma direção fixa ou única, mas em contínua reformulação. Os aspectos educacionais também foram considerados, pois acredita-se que os modos como o conhecimento pode ser acessado e o tipo de conhecimento acessado pode produzir reflexos nas trajetórias profissionais.

Para o estudo foram selecionadas cinco mulheres aqui identificadas por entrevistadas A, B, C, D e E. Elas possuíam entre 25 e 35 anos. Todas encontravam-se inseridas no mercado de trabalho no momento da coleta de dados, que ocorreu em novembro de 2020. A pesquisa foi encerrada em maio de 2021. O olhar decolonial foi delineado a partir de autores e autoras, em sua maioria latino-americanos, considerando-se que as vidas dessas mulheres estão no sul global que foi invadido e colonizado, além do perfil, da trajetória educacional, da trajetória profissional e das condições de trabalho.

Em virtude da pandemia do COVID-19 o número de mulheres entrevistadas foi bastante reduzido. A princípio buscava-se mulheres mães para investigar suas trajetórias profissionais. No entanto, com as condições impostas pela pandemia em relação ao isolamento social, muitas mulheres mães contatadas para participarem da pesquisa precisaram desistir ou nem

aceitaram participar – o que por si só já aponta para uma sobrecarga de trabalho vivenciada durante a pandemia.

A maioria das mulheres contatadas estavam com suas crianças em casa, durante o dia inteiro, algumas em idade escolar e com aulas online. Com isso, o primeiro resultado do estudo, ainda que indireto, foi sobre essa sobrecarga das mulheres, principalmente para as mulheres mães, durante a pandemia.

Para Insfran e Muniz (2020) a pandemia da Covid-19 levou ao necessário distanciamento social que acabou impossibilitando que algumas redes de apoio para criação dos seus filhos funcionassem, como por exemplo, escolas e creches que são fundamentais para auxiliar as mulheres na realização das atividades de trabalho. O processo de quarentena tornou as condições ainda mais problemáticas e até precárias para mulheres mães.

Um estudo anterior à pandemia aponta que, em relação aos homens, a renda não produz diferenças na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado e ao trabalho de cuidado, isto é, o comportamento masculino é uniforme independente da classe (SORJ, 2014).

Assim sendo, esse resultado indireto é respaldado pelos estudos da CEPAL (2021), que apontam, dentre outros aspectos, a sobrecarga das mulheres, por meio do trabalho de cuidado na América Latina, assim como, pelos dados do IBGE (2016), sobre a diferença do tempo de dedicação aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos entre mulheres e homens.

No que se refere à cor e raça das mulheres que desenvolvem atividades no âmbito do trabalho doméstico não remunerado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua identifica certa estabilidade entre as mulheres brancas (91,5%), pretas (94,1%) e pardas (92,3%). Em 2019, as mulheres dedicavam em média pouco mais de 21 horas semanais a esse trabalho e os homens apenas 11 horas (IBGE, 2020).

Mundialmente, em média, as mulheres fazem mais tarefas domésticas e de cuidado com filhos, sendo que mulheres e meninas dedicam 12,5 bilhões

de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado (OXFAM, 2020; WADDELL *et al.*, 2021).

A maioria das participantes da pesquisa optou por não terem filhos, visto que estão priorizando os estudos e a melhoria das condições e vida via estudo e trabalho. Além disso, algumas afirmaram que a maternidade não é uma prioridade em suas vidas: “Sou filha única e meu pai me cobra muito, mas não vai acontecer se depender de mim” (Entrevistada A).

A entrevistada B é a única que tem filhos. Ela relata que o fato de ter se tornado mãe muito cedo atrapalhou seu desempenho escolar, impactando sua trajetória profissional, por vezes se sujeitando a trabalhos domésticos mal remunerados. A entrevistada relata:

Eu estudei até o segundo ano, aí parei porque eu engravidei, aí não voltei mais. Quase impossível, trabalhando fora e com filhos, mas meu sonho é um dia fazer gastronomia, porém, dou prioridade pra educação dos meus filhos.

As funções desempenhadas pelas entrevistadas durante a pesquisa eram bem diversificadas: estilista, auxiliar de limpeza e serviços gerais, auxiliar de logística, recepcionista e fisioterapeuta. Das 5 mulheres participantes da pesquisa 3 se autodeclararam negras, enquanto 2 se autodeclararam brancas.

A entrevistada A, autodeclarada branca, informou que sempre estudou em escola particular e nunca precisou trabalhar durante sua formação: “Não existiram intercorrências, eu não tive que parar por conta de nada. Eu concluí no tempo certo!”

Porém, a entrevistada C, também autodeclarada branca, estudo em escola pública e disse ter vivido problemas na conclusão do seu curso. Ela explicou que o que interferiu em seu processo educacional foram as condições financeiras, que a levou a buscar por um trabalho formal: “O curso técnico eu iniciei dois, com bolsa do Governo, mas eu não terminei nenhum dos dois, porque arrumei um emprego e precisava trabalhar. Eu fiz um ano só de cada e não finalizei. Os dois eram de dois anos”.

Observa-se que as mulheres negras participantes do estudo estudaram em escolas públicas e expuseram que passaram por dificuldades financeiras. As entrevistadas D e E conseguiram conciliar a educação com o trabalho, mas relataram que esse fato atrapalhou o seu desempenho escolar.

Ensino médio e fundamental eu nunca tive problema em relação a isso, mesmo que eu trabalhasse, fizesse alguma coisa assim, nunca foi interrompido. Agora, esse fato de trabalhar e estudar me atrapalhou bastante em questão pra entrar no ensino superior. Fiquei alguns anos trabalhando sem ensino superior por dificuldades financeiras, não consegui uma boa nota no ENEM e desisti de bolsas públicas. Com o meu salário hoje eu pago meu curso superior (Entrevistada D).

A entrevistada E recebe por plantões trabalhados. Ela diz que precisou fazer escolhas devido às condições financeiras: “Conseguir concluir o ensino superior e comecei a pagar uma pós-graduação, mas a falta de dinheiro... Alguns momentos da minha vida me fizeram escolher entre estudar e trabalhar”.

A única participante da pesquisa que é mãe precisou abdicar da continuidade de sua formação educacional justamente devido à gravidez não planejada: “Não, não cheguei a concluir o ensino médio, aí o que interferiu no meu estudo foi a gravidez mesmo” (Entrevistada B). Nessa época, ela precisou trabalhar.

Sobre as entrevistadas autodeclaradas brancas (A e C), a entrevistada A possuía condições que lhe permitiram o acesso ao ensino privado. Enquanto no caso das entrevistadas negras não ocorreu a mesma oportunidade. Ademais, entre estas últimas, todas precisaram lidar com uma jornada dupla de trabalho e estudo. Com isso, nesta pesquisa acredita-se que a falta de oportunidades, muitas vezes, ainda é consequência de uma construção histórica que coloca as mulheres negras e pobres à margem de determinadas condições que possibilitam vidas menos precarizadas.

Outro aspecto identificado no estudo é que dentre as participantes da pesquisa, apenas a entrevistada D (negra) estava em algum tipo de formação

durante a realização dessa pesquisa. Ela ao mesmo tempo em que trabalhava como recepcionista, cursava Psicologia.

Mesmo com os indicadores educacionais da população negra, no Brasil, apresentando melhorias entre 2016 e 2018, persiste a desigualdade entre mulheres por meio do recorte racial. O percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é mais do que o dobro do calculado para as mulheres negras (IBGE, 2019).

As entrevistadas B e E, autodeclaradas negras, começaram a trabalhar por volta dos 10 anos de idade, ou seja, ainda no período da infância, durante o ensino fundamental, e colocando em risco anos importantes de sua formação educacional. Das cinco mulheres entrevistadas, quatro delas relataram que além de trabalharem em um emprego formal com carga horária de 44 horas semanais, elas precisaram buscar outra fonte de renda, pois o que recebem não é o suficiente para se sustentarem com dignidade.

A entrevista A declarou que optou por outra forma de obtenção de renda por ser mal remunerada no atual emprego. A entrevistada B lembrou sobre a necessidade de possuir um segundo plano: “Eu estava precisando mesmo e também porque estou desfrutando porque é uma coisa que eu gosto de fazer. E tem meus filhos, essa renda contribui muito com a educação deles”. Ela explicou que se sujeita a trabalhos domésticos mal remunerados por serem as opções possíveis para o seu nível de escolaridade.

As entrevistadas D e E relataram que somente o emprego formal não lhes garante o atendimento de moradia, de alimentação e de saúde. Essa situação é agravada quando elas almejam prosseguir com sua formação educacional. A entrevistada B declara ter que escolher entre continuar sua trajetória educacional e apoiar a trajetória de seu filho. Aqui é possível perceber a divisão racial e sexual do trabalho mencionada por Gonzalez (2020).

Mas, também é possível perceber o aspecto classista vigente em países que foram colonizados no sul global, com mulheres impactadas pelas

dificuldades na melhoria das condições de vida, assim como perceber o que Cusicanqui (2010) sinaliza sobre as mulheres da América Latina, isto é, que elas sofreram um processo de hierarquização marcado pela subordinação e exploração da época colonial.

Ao serem indagadas se a busca pela igualdade de gênero e raça é uma questão relevante para as organizações nas quais trabalham, as respostas foram unânimes em apontar que isso não é alvo de preocupação por parte das organizações.

Quando lhes foi questionado sobre a possível diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo nível hierárquico, todas responderam não terem acesso a essa informação. A entrevistada A disse que ao almejar uma promoção na organização na qual trabalha, isso não ocorreu e quem foi promovido foi um homem, mesmo sendo mais qualificada em termos de formação do que o meu colega de trabalho no mesmo setor: “Quando questionei, a justificativa que recebi foi a de que o motivo era a experiência da pessoa na profissão. Porém, estou na empresa um ano a mais do que ele”.

As entrevistadas também disseram perceber que existem resistências em relação às mulheres assumirem determinados cargos nas organizações nas quais trabalham. Elas disseram perceber que é como se as mulheres precisassem se esforçar mais para serem aceitas e reconhecidas.

Aqui verifica-se as nefastas consequências do processo de colonização que ainda reverberam. Consequências produzidas a partir do fortalecimento da organização patriarcal pelos invasores europeus. Como indica Segato (2012), algo que passou a se aproximar da organização do gênero ocidental, bem mais demarcada.

Em alguns casos relatados, as organizações dão preferência à seleção e contratação de mulheres que não são mães, tendo em vista que na própria entrevista no processo de seleção os responsáveis as questionaram sobre a maternidade. Contudo, para uma das entrevistadas a maternidade não foi um aspecto verificado no processo de seleção, pois segundo a mesma:

Não atrapalha porque não trabalhamos de carteiras assinada. Eu não tenho dignidade nenhuma lá. Então, é por isso que eu acredito que no processo seletivo eles não se importam se é homem, se é mulher, porque qualquer problema que der temos que nos virar sozinhos (Entrevistada E).

Desse modo, os principais resultados do estudo podem ser assim elencados:

A reduzida participação de mulheres mães na pesquisa devido à sobrecarga durante a pandemia de covid-19: Das mulheres participantes da pesquisa apenas uma é mãe e para as demais entrevistadas a maternidade não é prioridade. A prioridade é a carreira, e quando possível, a formação escolar.

A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi e continua sendo uma das construções sociais mais persistentes (LOURO, 2018). Outro ponto a ser ressaltado é que gênero e maternidade são aspectos que podem estar atrelados a diferentes modos de percepção e, logo, a diferentes modos de tratamento por parte dos empregadores (MUNIZ; VENEROSO, 2019). A partir disso, compreende-se que os modos de funcionamento das estruturas sociais, assim como as práticas enraizadas socialmente são aquilo que mantêm as mulheres à mercê de tantas dificuldades para conciliar diferentes aspectos de suas vidas.

Sobre educação e trabalho foi possível verificar que as mulheres negras participantes da pesquisa estudaram em escolas públicas, enquanto entre as mulheres brancas, uma estudou em escola pública e a outra em escola particular. Todas as mulheres negras precisaram conciliar os estudos com o trabalho, algumas desde tenra idade. Uma delas acabou desistindo dos estudos e focando no trabalho, inclusive por conta da maternidade ainda na juventude; as mulheres brancas começaram a trabalhar com idade mais avançada do que as mulheres negras.

A promoção da igualdade de gênero e raça não foi identificada como um aspecto relevante para as organizações nas quais trabalham. A diferença

salarial não foi identificada por falta de acesso a tais informações pelas entrevistadas. Ainda assim, foi apontada a preferência pela promoção e contratação de homens para determinados cargos, o que demonstra que preconceitos de gênero e segregação ocupacional vertical são fenômenos que ocorrem nesses ambientes de trabalho.

Apesar dos avanços sociais nos últimos anos, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo: trabalhadores homens recebem 50% a mais do que as mulheres, uma diferença 10% maior do que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018).

Pode-se pensar que as mulheres não são menos remuneradas somente porque tomariam trajetórias profissionais diferentes dos homens ou porque se tornariam mães. A subvalorização e a desvalorização do trabalho feminino, o preconceito contra as mães que trabalham unidos ao preconceito racial, de gênero, de classe permeados de estereótipos levam a uma redução salarial. Ao mesmo tempo, a segregação vertical faz com que as mulheres se perpetuem em postos inferiores e subordinados, tendo muito mais dificuldades e barreiras para prosperar em suas trajetórias profissionais.

As participantes da pesquisa, exceto a entrevistada C (branca), precisaram buscar mais de uma fonte de renda. Esse dado pode apontar para condições econômicas precárias, com pouca qualidade de vida e que poderia ser analisado considerando-se aspectos relativos à classe social.

Dessa maneira, foi possível identificar o perfil das entrevistadas, a trajetória escolar, a trajetória profissional e as condições de trabalho, o que permitiu uma análise dessas trajetórias femininas sob a ótica decolonial.

5. Conclusões

Conhecer algumas trajetórias femininas possibilitou a identificação de alguns aspectos importantes. Aspectos esses que emergem quando são

realizadas análises que tenham um olhar apurado e acurado a partir de estudos decoloniais, e, em especial, do feminismo decolonial.

Caracterizar as condições da formação escolar vivenciadas por algumas mulheres possibilitou perceber como o ensino público, gratuito e de qualidade poderia ter atuado em suas vidas em prol de mudanças em suas realidades. Vidas duras, com jornadas cansativas de trabalho, pouco reconhecimento e valorização profissional. Em alguns dos casos, sendo levadas a abdicar da maternidade. A maternidade não é um destino para todas as mulheres e nem deveria ser. Contudo, sabe-se que as condições de vida cada vez mais influenciam na decisão sobre a maternidade, pois para conseguirem uma inserção laboral em meio a uma lógica sexista e excludente, mulheres acabam optando pela não maternidade, reduzindo desse modo, barreiras para atingirem cargos mais altos.

Nessa lógica pautada nos modos de funcionamento neoliberais, as mulheres ainda precisam lidar com preconceitos e estereótipos sexistas, racistas e classistas. Durante as trocas de experiências entre as pesquisadoras e as entrevistadas foi possível realizar discussões que acrescentaram em muito nas vivências de ambas as partes. As entrevistadas passaram a compreender o quanto podem estar em lugares de opressão e desvalorização produzidos por vivências marcadas por relações de gênero, relações raciais e relações de classe.

As entrevistas depoimentos foram de extrema importância não somente para as análises de dados do presente estudo, como serviram para que algumas das participantes decidissem retomar projetos pessoais, dando continuidade à formação escolar e à capacitação profissional, no intuito de melhorarem suas atuais condições de vida e se tornarem exemplos para seus familiares.

Ainda sobre transformações promovidas a partir desse estudo, ambas as pesquisadoras passaram a compreender a dimensão da importância de estudos com o olhar decolonial para a vida das mulheres que vivem no Brasil

e na América Latina. Com esse estudo foi possível amadurecer o entendimento de que ser mulher no sul global colonizado, ser pobre, ser negra, ser considerada latina e mestiça, são aspectos que afetam em muito as trajetórias femininas.

Outros aspectos que emergiram, mesmo que indiretamente, foi o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado como uma problemática ainda em funcionamento na sociedade. Portanto, o trabalho reprodutivo permanece como tema relevante para futuras pesquisas. Além desses aspectos, as relações de trabalho e as condições de trabalho precárias, a subvalorização e a dificuldade de promoção para mulheres no campo organizacional também ficaram em evidência.

Assim, concorda-se com Mendoza (2019), sobre a importância de reconhecer os processos de generificação e de racialização para buscar mudanças sociais. E a partir desse estudo, acrescenta-se a importância de reconhecer a localização geográfica das mulheres, os aspectos ligados à classe, à trajetória escolar, à trajetória profissional e às condições de trabalho.

Referências

- ANDRADE, Francisco. Instrução moral e ofício doméstico para meninas nas vilas de índios. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 17, n. 33, 2011.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- CARDOSO, Denise Machado; RAMEIRO, Anna Patrícia Ferreira. O Lugar do Gênero nas Trajetórias Profissionais de Mulheres Desembargadoras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Um Estudo de Caso. **Revista Cantareira**, n. 24, 2016.
- CASTRO, Mary Garcia; CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Dinâmica familiar do cuidado**: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos. Salvador: EDUFBA, 2012.
- CASTRO, Susana de. Feminismo, subalternidade e decolonialidade. **As Pensadoras**. v. 1. São Leopoldo: Editora As Pensadoras, 2021.
- CEPAL. La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad. **Informe Especial COVID-19**, v. 9, p. 1-15, 2021.
- CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 15, p. 93-106, 2010.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Madrid: Tinta limón, 2010.

- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLLANDA, Eloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, v. 19, p. 13-30, 1998.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p.69-82, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Eloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Eloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Apresentação. Dossiê: Gênero e Cuidado. **Cadernos Pagu**, v. 46, p. 7-15, 2016.
- INSFRAN, Fernanda; MUNIZ, Ana Guimarães Correa Ramos. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 2, p. 26-47, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.
- LUGONES, María. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. *In*: **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz, Bolivia: Conexión Fondo de Emancipaciones, 2012. p. 129-140.
- MENDOZA, Breny. La colonialidad del género y poder: de la postcolonialidad a la decolonialidad. *In*: MUÑOZ, Karina Ochoa (Org.). **Miradas en torno al problema colonial**. Cidade do México: Ediciones Akal, 2019. p. 35-72.
- MIÑOSO, Yudérkis Espinosa. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El cotidiano**, v. 29, n. 184, p. 7-12, 2014.
- MIÑOSO, Yudérkis Espinosa; CORREAL, Diana Gomez; MUÑOZ, Karina Ochoa. Introducción. *In*: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** (Eds.) Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- MUNIZ, Jerônimo Oliveira; VENEROSO, Carmelita Zilah. Diferenciais de participação laboral e rendimento por gênero e classes de renda: uma investigação sobre o ônus da maternidade no Brasil. **Dados**, v. 62, 2019.
- OCDE. **OCDE Relatórios Econômicos**. Brasil 2018. Resumo. Disponível em: <https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey--brazil.htm>. Acesso em: maio 2021.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, p. 15-40, 2010.

OXFAM. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. p.1-21, OXFAM, 2020.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. **Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

PETINELLI-SOUSA, Susane; CORCETTI, Elisabete; SARTORI, Maurício. Female underrepresentation in STE: The case of the Federal University of Espírito Santo. **Cuestiones de género**: de la igualdad y la diferencia, n. 16, p. 651-667, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (comp.) **La colonialidad del Saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, Eliane Matos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.

SEGATO, Rita Laura. **The factor of gender in the Yoruba transnational religious world**. n. 289. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2001.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online]. p.106-131, 2012.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 123-128, 2014.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

SOUZA, Susane Petinelli. A literatura feminista de Nísia Floresta na formação em administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 4, p. 739-763, 2021.

SOUZA, Susane Petinelli; COVRE, Isabel Gomes. Mulheres na teoria geral da administração: por uma educação não sexista. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 19, n. 47, 2021.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, M. B. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Vozes femininas nos Oitocentos: o papel das preceptoras nas casas brasileiras. *In*: LIMA, Yolanda Lôbo; FARIA, Lia (Orgs.). **Vozes femininas no Império e da República**. Rio de Janeiro: Quarte: FAPERJ, 2008.

WADDELL, Nina *et al.* Gendered division of labor during a nationwide COVID-19 lockdown: Implications for relationship problems and satisfaction. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 38, n. 6, p. 1759-1781, 2021.

ZILIOTTO, Denise Macedo; SANTOS, Leticia Laureano dos. Histórias de Trabalho de Mulheres Negras com Ensino Superior. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 71-91, 2015.

Artigo recebido em: 07/02/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.